

## CARTA DE CUIABÁ

Com o tema *Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras*, realizou-se, entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2017, na acolhedora cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, o 36º CONGRESSO DO ANDES-SN. Organizado pela ADUFMAT Seção Sindical, o Congresso transcorreu em clima de acaloradas discussões entre os 350 delegados (as) e os 70 observadores (as) que representaram 73 seções sindicais espalhadas nas Instituições de Ensino Superior de todo o país. As polêmicas fortaleceram a unidade dos lutadores e lutadoras, reafirmando a tradição democrática que marca a história do Sindicato Nacional, o que se expressou já na mesa de abertura que contou com representantes de várias organizações sindicais, entidades e movimentos sociais que compartilham da luta contra a agenda regressiva em curso na sociedade brasileira.

Os punhos cerrados utilizados como símbolo do 36º Congresso foi como se exprimiu a imperiosa necessidade de construção da unidade da classe trabalhadora e, também, uma forma de comemorar o centenário da primeira revolução socialista vitoriosa, a Revolução Russa de 1917; a primeira greve geral realizada no Brasil, além de aludir ao cinquentenário do assassinato do guerrilheiro latino-americano Ernesto Che Guevara e homenagear o grande dirigente da revolução cubana e latino-americana, Fidel Castro, falecido em 25 de novembro de 2016. A dimensão simbólica da luta foi enaltecida, ainda, pela veiculação de programas de rádio e exibição de vídeos e de galeria de fotos que mantiveram os congressistas informados. Além disso, homenagearam as principais personalidades que protagonizaram os acontecimentos históricos que foram e ainda serão recordados ao longo deste ano.

Em face de uma conjuntura marcada pela intensificação dos ataques aos direitos sociais, pela criminalização das lutas e pelo recrudescimento do conservadorismo – protagonizados pelo ilegítimo governo de Michel Temer, por um parlamento predominantemente corrupto, por setores do poder judiciário e pela mídia corporativa –, o 36º Congresso aprovou como centralidade da luta a “Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, referenciado no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada dos direitos, contra a apropriação do fundo público pelo capital e a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressão. Intensificação do trabalho de base, em unidade com a CSP-Conlutas, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, pelo Fora Temer e a construção da greve geral.”

Para o enfrentamento da luta no próximo período, os delegados e as delegadas reafirmaram o compromisso de construção da mais ampla unidade com as organizações da classe trabalhadora que implementam lutas na perspectiva classista, para impulsionar a reorganização da classe, derrotar a agenda regressiva em curso, barrar as contrarreformas previdenciária e trabalhista e construir a greve geral, envidando esforços para realizar um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. Nessa mesma direção, os delegados e as delegadas reafirmaram a luta pelo direito de greve, ameaçado pelas decisões do poder judiciário e por projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional; decidiram também realizar um balanço político da CSP-Conlutas e da participação do Sindicato na Central, bem como continuar as atividades de formação política e sindical em âmbito nacional e regional. A aprovação de um dia nacional de lutas foi digna de destaque nas deliberações da política sindical, com indicativo de greve, paralisações e mobilizações para o dia 15 de março na perspectiva da construção da greve geral.

Reafirmando os princípios que norteiam a práxis do Sindicato em defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, os delegados e as delegadas comprometeram-se a lutar, em unidade com amplos setores da sociedade, contra a lei da mordaza, a reforma do ensino médio e a mercantilização da educação. Indicou-se a realização do V Seminário Estado e Educação, no primeiro semestre de 2017, e a construção do III

Encontro Nacional de Educação (ENE), em 2018, com atividades preparatórias nos estados, na perspectiva de construção do projeto classista e democrático de educação. Foi indicado o estreitamento das relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária e de uma educação classista e democrática.

Na mesma perspectiva, os(as) congressistas se posicionaram contra o direcionamento e apropriação, pelo capital, do conhecimento científico e tecnológico produzido nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa. Nessa direção, os delegados e as delegadas comprometeram-se a continuar a luta pela revogação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e sua regulamentação nas IES, contribuindo com a ampliação e o fortalecimento do Movimento por uma Ciência e Tecnologia Públicas. Apontou-se, ainda, a necessidade de realizar atividades conjuntas do GTC&T, GTPAUA e GTPCEGDS para pautar o problema da demarcação das terras indígenas e quilombolas e os processos de espoliação perpetrados pelas corporações capitalistas que se apropriam dos recursos naturais, energéticos e da biodiversidade.

No tema relativo às questões de classe, gênero, étnico-raciais e diversidade sexual, o 36º Congresso posicionou-se pela garantia de espaços de acolhimento de dependentes de militantes do Sindicato como forma de viabilizar a participação, prioritariamente das mulheres, e responsáveis, nas atividades das seções sindicais. O machismo, a LGBTfobia, o racismo e todas as formas de opressão foram incisivamente condenados pelos congressistas, em especial, a naturalização do assédio. E qual não foi a revolta dos delegados e das delegadas ao serem informados de atos dessa natureza perpetrados contra mulheres participantes do Congresso, forma de violência que foi dura e justamente repudiada em ato político protagonizado no início das atividades do dia 28/01 por um corajoso grupo de mulheres e de homens. Diante do ocorrido, a diretoria acolheu a proposta de uma comissão para analisar os casos de assédio nas atividades nacionais do Sindicato (Congresso e Conad) como parte de um processo educativo e de combate ao machismo. Deliberou-se pela realização de debates nas instâncias do Sindicato sobre a incorporação de pautas étnico-raciais, identidade de gênero e orientação sexual no desenvolvimento da carreira e nas condições de trabalho dos(as) docentes. Foi aprovada, ainda, a criação de um observatório de práticas de racismo, de LGBTfobia e de violência contra às mulheres.

Na mesma perspectiva de combate à opressão, o exitoso trabalho da Comissão da Verdade do Sindicato foi amplamente reconhecido pelos congressistas, os quais decidiram pela sua ampliação com a participação das seções sindicais no sentido de abordar formas outras de autoritarismo e de repressão que se reproduzem na atualidade, além das violações aos direitos humanos durante a época do infame regime empresarial-militar.

A criminoso contrarreforma da previdência encaminhada pelo ilegítimo governo Temer ganhou destaque com a realização de palestras e de debates ao longo do evento. Deliberou-se pela intensificação da mobilização e de ações contra a aprovação da PEC 287/2016, que continua e aprofunda a retirada de direitos de aposentadoria. Foi aprovada a continuidade da luta contra a Funpresp, realizando pesquisas sobre previdência complementar nos estados e municípios. Também na sequência de luta contra a privatização dos hospitais universitários, por meio da Ebserh, o Sindicato Nacional realizará oficinas de trabalho para orientar na elaboração de dossiê sobre a gestão da Ebserh naquelas universidades que ela opera, demonstrando todos os danos do modelo privatista implementado pelo governo.

Os/As congressistas também aprovaram que tanto os docentes das IFES quanto das IEES-IMES lutem contra a EC-95, que estabelece o congelamento dos investimentos sociais por vinte anos; a PEC 287/2016 da contrarreforma da previdência e o PL 6787/2016 que inicia a contrarreforma trabalhista.

Os delegados e as delegadas aprovaram também a defesa das instituições de educação pública, em especial, nesta conjuntura, das Instituições Estaduais de Ensino Superior ameaçadas de não continuar com suas atividades, em virtude da política de ajuste fiscal nos

Estados, com cortes e parcelamentos de salários e com absurdas defesas de privatização das Instituições de Ensino. Foi aprovada a realização de um grande ato nacional em defesa das universidades estaduais no Rio de Janeiro, uma vez que, nesse estado, pretende-se dobrar a contribuição previdenciária dos servidores públicos, rebaixando o salário para o pagamento de uma dívida pública espúria.

No conjunto dos SPF, os presentes deliberaram levar para o Fonasefe e outros espaços a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016, contra a PEC 287/2016 (Reforma da Previdência) e contra a Reforma Trabalhista. Junto a isto, a luta a qualquer restrição contra o direito de greve no serviço público. Reafirmou a pauta de reivindicações aprovada no 35º Congresso do ANDES-SN, de valorização salarial de ativos e aposentados, reestruturação da carreira docente, tendo como referência o projeto de carreira única do sindicato, pela melhoria das condições de trabalho, autonomia e democracia.

A autonomia do ANDES-SN em relação a partidos, governos e reitorias, princípio caro do Sindicato, foi reafirmada nas mudanças estatutárias aprovadas no 36º Congresso.

Foram essas as principais deliberações dos delegados e das delegadas que se deslocaram de várias partes do Brasil para o 36º Congresso do ANDES-SN em Cuiabá – um “ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico”. Deliberações que, por serem sínteses forjadas nos embates políticos e na mais ampla e irrestrita democracia, apontam o caminho da unidade – como os punhos cerrados, como a viola de cocho feita de uma só peça de madeira maciça. Unidade que, construída nas lutas dos explorados e oprimidos, resplandece nas primeiras horas da madrugada de domingo, 29 de janeiro, quando os(as) congressistas ainda discutiam os encaminhamentos finais do Congresso, mirando um novo amanhecer como diz o poeta Caetano Veloso: “E aquilo que nesse momento se revelará aos povos/ Surpreenderá a todos não por ser exótico / Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto / Quando terá sido o óbvio”. E o óbvio para os delegados e as delegadas do 36º Congresso do ANDES-SN é que só a luta muda a vida.

Nesse espírito, finalizamos dizendo em uníssono Fora Temer! Rumo à greve geral! *Hasta la victoria!* Venceremos!

Cuiabá, 29 de janeiro de 2017

## MOÇÕES

### Moção 1

**Proponente:** Delegação da Apub Seção Sindical no 36º Congresso

**Seção Sindical:** Apub

**Destinatários:** Cref/Confe Bahia, Centrais sindicais, Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfped), Ministério Público e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

**Endereços dos Destinatários:**

**Fato motivador da moção:** ataque à autonomia universitária, à Constituição Federal e assédio e ameaças de desemprego.

### Moção de Denúncia

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, denunciam o assédio moral, as ameaças de autuação, as multas e, conseqüentemente, o desemprego que os professores de educação física, que atuam em espaços formativos e em campos de trabalho, para além do sistema educacional, estão sofrendo por parte do Conselho Regional de Educação Física (Cref/Confed Bahia). As ações do Conselho da Bahia em oposição a esses educadores, além de atentar contra preceitos constitucionais que garantam o trabalho digno dos cidadãos, em especial, aos habilitados e certificados por universidades, em cursos de licenciatura em educação física, contribui para gerar desestabilidade nas famílias e problemas de saúde como, por exemplo, a depressão humana, frente às constantes ameaças de desemprego, advindas das ações de um órgão privado, como é o caso da atuação do Cref/Confed, o qual não garante direitos trabalhistas, proteções aos trabalhos dos profissionais da área, mas gera desestabilidade e falta de emprego. Esta Moção de Denúncia deverá ser encaminhada aos organismos da luta da classe trabalhadora no Brasil, às centrais sindicais, ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), à Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), ao Ministério Público e à Organização Internacional do Trabalho (OIT), a fim de coibir e de rechaçar a ação do Sistema Cref/Confed contra os trabalhadores da área da educação física.

### Moção 2

**Proponentes:** Ana Luiza J. Costa; César Minto; Everaldo Andrade; Lighia Matsushigue; Lilian Gregory; João Chaves, Paulo Cesar Centoducatte

**Seção Sindical:** Adusp, Adunesp, Adunicamp

**Destinatário:** Reitoria da Universidade de São Paulo

**Endereço do destinatário:** R. da Reitoria, 374, Butantã, São Paulo (SP), CEP 05508-220

**E-mail:** [gr@usp.br](mailto:gr@usp.br)

**Fato motivador da moção:** Pedido da Reitoria da USP, concedido pela justiça, de despejo do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) de sua sede histórica, no Campus Butantã, com a possibilidade do uso de força policial

## **Moção de Repúdio ao Mandado de Despejo do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) de sua Sede Histórica**

O(a)s delegados(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 e 28 de janeiro de 2017, repudiam veementemente a tentativa da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), de despejar o Sindicato dos Trabalhadores da USP da sua sede histórica, espaço que ocupa desde sua fundação. Vale salientar que o pequeno prédio em questão não está sendo reivindicado oficialmente por nenhuma das unidades de ensino e pesquisa da universidade e não representa nenhum patrimônio de valor arquitetônico. Repudiamos, pois, a decisão judicial que concedeu à reitoria da Universidade uma liminar de reintegração de posse na qual já se prevê a possibilidade do uso de força policial.

Essa nova investida contra a organização coletiva no âmbito da universidade representa ato antissindical e guarda relação com os ataques que, neste ano, se avolumaram contra os direitos dos trabalhadores, bem como busca criminalizar toda e qualquer resistência por parte de movimentos sindicais, sociais e políticos no país.

Esses ataques se materializam na USP por meio do descompromisso da reitoria nas negociações da data-base, da violência expressa no corte de ponto dos funcionários grevistas, do irresponsável Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que, ao cabo de duas etapas, dispensará cerca de três mil funcionários, da política de estrangulamento das creches, do Hospital Universitário (HU) e da Escola de Aplicação (EA).

Considerando todos os motivos expostos, o(a)s delegados(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN solidarizam-se com o Sintusp na luta por uma universidade pública socialmente comprometida, que prime por valorizar a cultura, o conhecimento, os seus estudantes, os seus funcionários técnico-administrativos e os seus docentes contra tal autoritarismo extremo.

### **Moção 3**

**Proponentes:** Ana Luiza J. Costa; César Minto; Everaldo Andrade; Lighia Matsushigue; Lilian Gregory; João Chaves, Paulo Cesar Centoducatte

**Seção Sindical:** Adusp, Adunesp, Adunicamp

**Destinatário:** Reitoria da Universidade de São Paulo

**Endereço do destinatário:** R. da Reitoria, 374, Butantã, São Paulo (SP), CEP: 05508-220

**E-mail:** [gr@usp.br](mailto:gr@usp.br)

**Fato motivador da moção:** Ataques da Reitoria da USP às creches universitárias, com o impedimento de ingresso de novas crianças em vagas existentes e fechamento da creche unidade Oeste no Campus Butantã.

### **Moção de Repúdio aos ataques da Reitoria da Universidade de São Paulo às creches da USP, expressos recentemente no fechamento da Creche Oeste no Campus Butantã**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 e 28 de janeiro de 2017, repudiam veementemente a ação arbitrária da Reitoria da Universidade de São Paulo que vem, desde o ano de 2015,

procurando restringir o funcionamento das creches universitárias por meio da não abertura de matrículas para recepção de novos alunos, mantendo vagas ociosas. Quadro esse, agravado com os Programas de Demissão Voluntária, que, ao diminuir em equipe de funcionários, tendem a precarizar as condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Em janeiro de 2017, os funcionários, as famílias e as crianças da Creche Oeste, bem como toda comunidade universitária foram surpreendidos com a determinação do fechamento daquela unidade. O despejo seria efetuado de forma intempestiva, acompanhado do cercamento do local, com tapumes e auxílio da polícia militar. Essa medida aconteceu de forma autoritária, à revelia do Conselho Universitário, instância decisória máxima da Universidade, que, ao contrário, determinou, em 11 de novembro de 2016, o preenchimento das vagas ociosas nas creches.

Atualmente, a Creche Oeste encontra-se ocupada por funcionários, estudantes, pais e mães. Uma das vitórias de seu movimento de resistência foi a recente abertura de edital para preenchimento de vagas ociosas. Entretanto, o edital não prevê a recepção de todas as crianças que tais vagas poderiam abarcar.

Sendo assim, entendemos que a Reitoria da USP segue atentando contra os direitos de trabalhadores(as) que precisam da educação infantil para seus filhos e filhas; contra os direitos das crianças de terem acesso à educação infantil de qualidade; na contramão das necessárias políticas de assistência estudantil àquelas(es) estudantes que são mães e pais e, especialmente, contra os direitos das mulheres sobre quem, historicamente, tem recaído a responsabilidade do cuidado com os filhos.

Adicione-se a tudo isso, que está sendo progressivamente perdido, um importantíssimo espaço de reflexão e de atuação na educação infantil. Para além dos ataques aos direitos sociais já referidos, o fechamento da Creche Oeste, consoante ao projeto de progressiva extinção das creches da USP, tende a destruir um espaço de excelência, referência para Instituições de Ensino e de Pesquisa tanto no Brasil e quanto no exterior. Trabalho desenvolvido por profissionais que ainda não foram reconhecidos como professores pela Universidade de São Paulo, mas que, recorrentemente, são premiados e recebem menções honrosas interna e externamente. Dessa forma, são, enfim, espaços de formação docente para os cursos de licenciatura da USP e de outras universidades, institutos e faculdades, e de realização de pesquisas acadêmicas para as unidades que compõem a USP. Seu progressivo fechamento compromete, de uma só vez, pesquisa, ensino, extensão e cultura.

Por isso, fazemos coro com o Movimento das Creches Mobilizadas, com a ocupação Creche Aberta e todos aqueles e aquelas que se levantam em defesa desse importante patrimônio da Universidade de São Paulo e da sociedade: as creches ficam!

#### **Moção 4**

**Proponentes:** Carmen Susana Tornquist; Mariléia Maria da Silva; Célia Regina Vendramini

**Seção Sindical:** Aprudesc e Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC

**Destinatários:** SintraseM

**Endereço do destinatário:** Rua Fernando Machado, 203

**Cidade:** Florianópolis

**CEP:** 88020-130

**E-mail:** sintraseM@sintraseM.org.br

**Fato motivador da moção:** Apoio à greve dos servidores e das servidoras públicas do Município de Florianópolis, contrários ao pacote fiscal da prefeitura de Florianópolis.

### **MOÇÃO DE APOIO**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu total apoio à greve das(os) trabalhadoras(es) do serviço público da cidade de Florianópolis, organizadas no Sintrasm, que protagonizou com coragem e clareza a luta contra a retirada de direitos trabalhistas e sociais impostos de forma arbitrária e violenta pela prefeitura de Florianópolis no Pacote Fiscal, Pacote de Maldades, em janeiro de 2017.

#### **Moção 5**

**Proponentes:** Carmen Susana Tornquist; Mariléia Maria da Silva; Célia Regina Vendramini

**Seção Sindical:** Aprudesc e Seção Sindical do ANDES na UFSC

**Destinatário:** Sintrasm

**Endereço do Destinatário:** Rua Talento Silveira, 60/ 5º andar, Florianópolis

**CEP:** 88010-300

**E-mail:** sintrasm@sintrasm.org.br

**Fato motivador da moção:** Moção de repúdio ao Pacote Fiscal do PMF e à forma como foi imposto à população de Florianópolis e aos servidores e servidoras públicas municipais.

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu total repúdio ao Pacote Fiscal encaminhado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, aprovado pela Câmara de Vereadores, sob o falso argumento de rombo nos fundos públicos, e à forma antidemocrática e violenta com a qual os servidores cidadãos foram tratados pela polícia militar e guarda municipal.

#### **MOÇÃO 6**

**Proponentes:** Pablo Luiz de Oliveira Lima; Solange Godoy

**Seção Sindical:** Apubh

**Destinatário:** Gabinete do Reitor da UFMG – Prof. Jaime Ramirez

**Endereço do destinatário:** Av. Antônio Carlos 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte (BH)

**CEP:** 31270-901

**E-mail:** reitor@ufmg.br

**Fato Motivador da Moção:** A invasão do Campus Pampulha (UFMG) pela PMMG em duas ocasiões, reprimindo a Comunidade Universitária.

## Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu repúdio e denunciam as ações da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), que nos dias 18 de novembro e 9 de dezembro de 2016, durante a greve dos docentes da UFMG, reprimiu manifestações pacíficas realizadas pela comunidade universitária em frente à Portaria 1 do Campus Pampulha e agiu com violência extrema para dispersar os docentes, trabalhadores, técnico-administrativos em educação, estudantes universitários e secundaristas, atirando bombas de gás e balas de borracha contra o edifício da Escola de Belas Artes, em que os manifestantes tentavam se proteger. O(a)s delegados repudiam as violações dos direitos humanos, incluindo o direito à livre manifestação e a quaisquer atos de violência contra membros da comunidade universitária da UFMG praticados pela PMMG. Manifestamos também o apoio às lutas da comunidade universitária da UFMG contra as políticas que retiram direitos dos trabalhadores e em defesa da educação pública.

Educação não é mercadoria!

Abaixo a repressão contra os movimentos sociais e populares.

Nenhum direito a menos!

### MOÇÃO 7

**Proponente:** Delegação da Associação dos Docentes da Universidade do estado do Rio Grande do Norte – ADFURRN

**Seção Sindical:** ADFURRN

**Destinatários:** Sr. Eliéser Girão Monteiro Filho – Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito, do Município de Mossoró (RN)

**Endereço do destinatário:** Rua Rui Barbosa, 225, Alto da Conceição, Mossoró (RN), CEP:59814-900

**E-mail:** sesp@prefeiturademossoro.com.br

**Fato motivador da moção:** Forma arrogante do Secretário de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito de Mossoró (RN), Sr. Eliéser Girão, ao se dirigir aos companheiros do Sindicato da Guarda Civil

## Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestaram seu repúdio contra a forma como o General do Exército, Sr. Eliéser Girão Monteiro Filho, Secretário de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito, do Município de Mossoró (RN), ao afirmar que a situação pela qual o Brasil passa se deve a atitudes dos sindicalistas, sendo eles indecorosos e grosseiros; como também a forma arrogante como se referiu aos companheiros do Sindicato da Guarda Civil que estão com suas atividades paralisadas por atrasos de salários: “Me decepcionei com essa reunião realizada (...), porque eu queria fazer uma reunião de gestão para impor aos meus subordinados (da guarda civil) a volta imediata aos trabalhos”. O secretário ainda afirmou que os sindicatos atuam querendo gerar somente benefícios próprios.



## **Moção 8**

**Proponentes:** Celeste Pereira (ADUFPEL); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS); Laura Souza Fonseca (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS); e Rodnei Novo (APROFURG)

**Destinatários:** SEMAPI RS – [secretaria@semapirs.com.br](mailto:secretaria@semapirs.com.br); CSP-Conlutas RS – [secretariaconlutasrs@gmail.com](mailto:secretariaconlutasrs@gmail.com); 2º Núcleo do CPERS-Sindicato – [cperssm@terra.com.br](mailto:cperssm@terra.com.br); 24º Núcleo do CPERS-Sindicato – [cpers.24nucleo@gmail.com](mailto:cpers.24nucleo@gmail.com); 38º Núcleo do CPERS-Sindicato – [nucleo38@cpers.org.br](mailto:nucleo38@cpers.org.br); 39º Núcleo do CPERS-Sindicato – [cpers39@gmail.com](mailto:cpers39@gmail.com)

**Fato motivador da moção:** Ao longo de 2016, o governador do RS parcelou salário dos servidores públicos estaduais e ameaçou extinguir as fundações estaduais. Promessa cumprida na semana entre natal e ano novo quando, sob forte aparato repressivo, fez aprovar na assembleia legislativa a extinção das fundações estaduais deixando na iminência do desemprego centenas de trabalhador@s.

### **Moção de Solidariedade às/aos Servidor@s Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, a partir de proposição da Comissão Local de Mobilização da UFRGS e endossada pelas Seções Sindicais do ANDES-SN no Rio Grande do Sul, manifestam sua irrestrita solidariedade neste difícil momento que os(as) nossos(as) colegas servidores(as) do Estado do Rio Grande do Sul estão passando, pois seus empregos e direitos estão ameaçados pela extinção das fundações Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), Fundação Zoobotânica (FZB), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Cultural Piratini (TVE e FM Cultura) e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) e a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), no Pacote de Maldades do governo Sartori, que também significa a extinção da função do Estado em proteger o meio ambiente e a biodiversidade, produzir ciência e tecnologia e difundir a sua cultura. Repudiamos não apenas esses ataques, como também o momento e a forma inoportuna e covarde pela qual foram concretizados: antes das festas de final de ano e sob intensa repressão policial.

## **Moção 9**

**Proponente:** Sindicalizada **Laura Souza Fonseca**

**Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS**

**Destinatários:** Associação d@s Trabalhador@s Terceirizad@s da UFRGS – [unidosassociacao@gmail.com](mailto:unidosassociacao@gmail.com)

**Adriana Silva Cunha**

Porto Alegre, RS

**Fato motivador da moção:** @s trabalhador@s terceirizad@s da UFRGS têm passado pelo constrangimento e humilhação de terem recorrentemente atraso no vale-transporte e vale-alimentação e nos salários. em dezembro de 2016, a situação foi agravada por não terem recebido o 13º na data e nem integral até o final do mês.

### **Moção de Solidariedade**

O(A)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, com base na proposição da Comissão Local de Mobilização da UFRGS, manifestam solidariedade às(aos) trabalhadoras(es) das empresas terceirizadas que prestam serviço à UFRGS (Multiágil) que têm sido desrespeitadas(os) diariamente pelo não atendimento a seus direitos, como, por exemplo, o recebimento regular de vale-alimentação e vale-transporte, e o pagamento do 13º salário, que não foi efetuado integralmente até este momento. Repudiamos não apenas esses ataques, mas também o momento e a forma inoportuna e covarde pela qual foram concretizados, antes das festas de final de ano.

#### Moção 10

**Proponente(s):** Delegação da Adunirio no 36º Congresso do ANDES-SN

**Seção Sindical:** Adunirio

**Destinatário(s):** Reitoria da UNIRIO e ASUNIRIO

**Endereço(s) do(s) destinatário(s):**

**E-mail:** [reitor@unirio.br](mailto:reitor@unirio.br) e [asunirio@asunirio.org.br](mailto:asunirio@asunirio.org.br)

**Fator motivador da Moção:** Constrangimentos e perseguição política às lideranças sindicais

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam o seu repúdio às múltiplas manifestações de opressão e de violência contra a livre organização sindical, em especial no meio universitário, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Assim, há um conjunto de ações contrárias ao movimento sindical, tanto dos técnicos-administrativos quanto aos docentes.

A Adunirio Seção Sindical do ANDES-SN sofreu, nos últimos meses, uma forte pressão para ser desalojada da sua sede, que já ocupa a trinta anos. O mais grave, contudo, é a perseguição política às lideranças do Sindicato dos Técnicos-administrativos – Asunirio, que atualmente responde a processos administrativos, que podem resultar nas suas demissões. Por tudo isso, nós delegados e delegadas do 36º Congresso do ANDES-SN repudiam a violência contra o movimento sindical na Unirio e prestam solidariedade aos militantes da Asunirio perseguidos politicamente.

#### **Moção 11**

**Proponente:** Mario Antonio Gneri

**Seção Sindical:** Adunicamp

**Destinatários**

- 1) Presidente da República Argentina, Ing. Mauricio Macri;
- 2) Governador de la Provincia de Jujuy, Sr. Gerardo Rubén Morales

**Endereços:**

Casa Rosada, Balcarce 50, 1064, Buenos Aires, Argentina;

Palacio de Gobierno de la Provincia de Jujuy, San Martín 455, San Salvador de Jujuy, Jujuy, Argentina

**Fato motivador da moção:** prisão da deputada do Parlasur Milagro Sala em 16 de janeiro de 2016 (e presa até hoje) por liderar acampamento frente à sede do governo por “*incitación a cometer delitos y tumulto en concurso real*”.

### **Moção de Repúdio**

Los delegados presentes en el 36° Congreso del ANDES-SN, realizado en Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de enero de 2017, manifiestan repudio a la prisión de la Diputada del Parlasur Milagro Sala (presa desde el 16/01/2016) y solicita su inmediata liberación.

Se considera esta prisión como uma detención política cuyo objetivo es reprimir a las organizaciones sociales populares y criminalizar la libre manifestación y la libertad de expresión.

**LIBERTAD INMEDIATA A MILAGRO SALA!**

### **Moção 12**

**Proponente:** Mario Antonio Gneri

**Seção Sindical:** Adunicamp

**Destinatários:** Presidente da República Argentina, Sr. Ing. Mauricio Macri; Gobernador de la Provincia de Chubut, Sr. Mario Das Neves

**Endereços:**

Casa Rosada, Balcarce 50, 1064, Buenos Aires, Argentina;

Gobierno de la Provincia de Chubut, ob. Jorge Fontana 50, Rawson, Provincia de Chubut, Argentina

**Fato motivador da moção:** brutal repressão e prisão de pobladores da etnia mapuche (ou araucana) que agem em defesa de suas terras

### **Moção de repúdio**

Los delegados presentes en el 36° CONGRESO del ANDES-SN, realizado en Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de enero de 2017, manifiestan su repudio a la brutal represión del pueblo mapuche por parte de la Gendarmería de y la policía de la Provincia de Chubut, en el marco del reclamo de los pobladores de tierras ancestrales actualmente en disputa con el grupo empresarial Benetton.

**LIBERTAD A LOS PRESOS POLÍTICOS DEL PUEBLO MAPUCHE!**

**FUERA LA BENETTON DEL TERRITORIO MAPUCHE!**

### **Moção 13**

**Proponente:** Delegação da Aduff-SSind no 36° Congresso do ANDES-SN

**Seção Sindical:** Aduff

**Destinatários:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e suas respectivas Seção Sindical (Asduerj, Aduezo, Sesduenf)

**Endereços dos destinatários:**

UERJ: R. São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20550-900;

Uezo: Av. Manuel Caldeira de Alvarenga, 1203, Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ), CEP 23070-200;

UENF: Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, Campos dos Goitacazes (RJ), CEP 28035-200;

ASDUERJ: Rua São Francisco Xavier, 524 – 1º andar, bloco D, sala 1026. Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20550-900;

ADUEZO: Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga, 1203, Térreo do Prédio II, Rio de Janeiro (RJ), CEP 23070-200;

SESDUENF: Av. Alberto Lamego, 2000, Bairro Horto, Campos dos Goytacazes RJ, CEP 28013-602.

**Fato motivador da moção:** Crise das universidades estaduais, com risco de fechamento, em detrimento do projeto de contrarreformas nos direitos sociais e pela entrega do Fundo Público aos interesses do Capital

### **Moção de Apoio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, expressam total e irrestrito apoio em defesa das universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro – Uerj, Uenf e Uezo – que se encontram em risco iminente de fechamento, por falta de condições mínimas para seu funcionamento.

Pioneiras nas políticas afirmativas de acesso ao ensino superior e de grande relevância no cenário internacional da pesquisa científica de ponta e de ensino e extensão de excelência, voltados à população, as universidades estaduais do Rio de Janeiro sofrem as consequências do descaso do governo, fruto direto da crise econômica gerada pelos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas).

Ressaltamos, também, o descaso e o desrespeito com os servidores públicos, terceirizados e bolsistas daquelas instituições, que estão com seus salários e suas bolsas atrasados. O desmonte das universidades representa um quadro grave e uma concepção política de mundo que prejudica e sucateia a educação pública.

#### **Moção 14**

**Proponentes:** Roberto Camargos

**Seção Sindical:** ADUEMG

**Destinatário:** Companhia Siderúrgica Nacional

**Endereço do destinatário:** A/C Diretoria de Riscos e Compliance, Av. Brig. Faria Lima, 3400, - 20º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP), CEP 04538-132, CEP: 04538-132

**E-mail:** [canal\\_denuncia@csn.com.br](mailto:canal_denuncia@csn.com.br)

**Fato motivador da moção:** O operário Vítor, conhecido como Véio da CSN, foi demitido pela empresa no dia 10/1/2017, sob alegação de “justa causa”

#### **Moção de Solidariedade ao Companheiro Vítor e Repúdio à CSN**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam solidariedade ao metalúrgico e cipista da CSN, Vítor Raymundo Júnior, eleito e empossado em 2/1/2017. O operário, conhecido como Véio da CSN, foi demitido pela empresa no dia 10/1/2017, sob alegação de “justa causa”. Vale ressaltar que o companheiro estava completando seu quarto mandato como cipista representante dos trabalhadores da CSN, sendo votado expressivamente na empresa e empossado no dia 2/1/2017. O histórico trabalhista desse

cipisa de luta demonstra que a atitude da empresa é mais uma clara violação de direitos trabalhistas e humanos. Sua atuação desde o primeiro mandato é marcada por denúncias no Ministério Público do Trabalho, no Ministério Público Federal e na Delegacia Regional do Trabalho, resultando em inquéritos civis públicos, medidas reparatorias e outros desdobramentos que atingem os interesses da CSN. Entre suas denúncias também constam os números excessivos de acidentes fatais, amputações e sequelas irreversíveis provenientes dos diversos acidentes que aconteceram na empresa nos últimos cinco anos. Vimos, por meio desta Moção, repudiar veemente a atitude da empresa e exigir a imediata reintegração dele às suas funções, para que continue a defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da CSN-VR. Prestamos nossa solidariedade e apoio ao Companheiro Vítor Raimundo Júnior, no intuito de que seja revertida essa ação arbitrária e que o operário seja reintegrado a CSN.

### **Moção 15**

**Proponentes:** Rosângela Duarte Pimenta; Marcel Lima Cunha; Niagara Vieira Soares; Raquel Dias Araújo; Sâmbara Paula Francelino Ribeiro; José Alex Soares Santos; Emerson Ribeiro; João Ludugero; Rafael Brito; Eudes Baima; e José Ernandi Mendes

**Seção Sindical:** Sinduece, Sindurca, Sindiuva

**Destinatários:** Governador Camilo Santana e Assembleia Legislativa do Ceará

**Endereços dos destinatários:**

Av. Barão de Studart, 505, Palácio da Abolição, Bairro Meireles;

Av. Desembargador Moreira, 2807, Bairro Dionísio Torres, Fortaleza, CEP: 60120-000 (Gabinete do Governador) e CEP: 60.170-900 (Assembleia Legislativa)

**E-mail:** camilo.santana@gabgov.ce.gov.br

**Fato motivador da moção:** Encaminhamento pelo governo de Camilo Santana (PT) da mensagem nº 8.070, convertida na PEC 03/16, que trata do congelamento de investimentos públicos por dez anos, e a mensagem nº 8.073, convertida no PL 11/16, que eleva a contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11 para 14% e sua aprovação pela Assembleia Legislativa no final de dezembro.

### **Moção De Repúdio ao Governo de Camilo Santana e a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará pela Aprovação da Pec 03/16 e do PL 11/16**

Os(as) delegados(as) presentes no 36º Congresso Nacional do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio à PEC 03/16 e ao PL nº11/16 encaminhadas pelo governo Camilo Santana e aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no final de dezembro. A PEC 03/16 altera o Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Ceará, ao instituir o Novo Regime Fiscal, sob a justificativa de promover o equilíbrio financeiro nas contas do Estado, com dura contenção dos investimentos sociais públicos. O PL eleva a contribuição previdenciária dos servidores do Estado de 11% para 14%. Com essas medidas aprovadas pelo parlamento cearense, após mensagens nº 8.070 e nº 8073/16, em regime de urgência, encaminhada pelo governador Camilo Santana (PT), o serviço público cearense sofre um duro golpe com o congelamento das despesas primárias correntes por dez anos, com repercussão negativa para o custeio dos investimentos em todo os órgãos públicos, assim como terão sua contribuição previdenciária elevada. No caso da PEC 03/16, em seu Artigo 45, nos incisos de I a VIII, reproduz o conteúdo da EC 95/16 com um golpe violento para os(as)

servidores(as) públicos(as). As vedações, das quais tratam os referidos incisos, reduzem o serviço público estadual a pó. Diante dos fatores expostos, repudiamos veementemente as medidas adotadas pelo governo de Camilo Santana, bem como sua falta de diálogo e democracia com os(as) trabalhadores(as).

### **Moção 16**

**Proponentes:** Gihad Mohamad (SEDUFMS); Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFMS); Raphael Furtado (Adufes); Gilead Marchezi Tavares (Adufes); Juliana Iglesias Melim (Adufes); Thau Pastrello (Adufes); Patrícia Andrade (SINDIFPI); Egmar Oliveira Souza Jr. (SINDIFPI); Luis Silva (SINDIFPI); Waldyr Lins de Castro (Aduff); Gelta Xavier (Aduff); Adriana Penna (Aduff); Hélio Cabral Lima (Aduferpe); Levy Paes Barreto (Aduferpe); Marcos Escher (Ape); Elizandra Garcia da Silva (Adua).

**Destinatário:** Coordenação da Campanha BDS Brasil

**Endereço do Destinatário:** frentepalestinalivreusp@gmail.com

**Fato Motivador da Moção:** Apoio à campanha de Boicote, Desinvestimentos e Sanções contra o Estado Sionista de Israel (BDS).

### **Moção de apoio à campanha BDS**

Em 9 de julho de 2005, a sociedade civil palestina fez um chamado internacional por Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel. Reiterado desde então, traz como proposta que governos e sociedade civil de todo o mundo promovam embargos e sanções a Israel até que se reconheçam os direitos fundamentais do povo palestino. Assim, tem como metas: o fim imediato da ocupação militar e colonização de terras árabes; a derrubada do muro de segregação, sendo construído na Cisjordânia desde 2002, o qual divide terras, famílias e impede a livre circulação; a garantia de igualdade de direitos civis a todos os habitantes de Israel, independentemente de religião ou etnia; e o respeito ao direito de retorno dos milhares de refugiados palestinos às suas terras e propriedades, de onde são expulsos há mais de 67 anos.

Face a imagens e fatos que comprovam o *apartheid* a que tem sido submetida essa população, em diversas partes do globo, a campanha do BDS tem se intensificado. Na Europa, governos desinvestem em contratos com empresas israelenses. Em todo o mundo, cidadãos comuns recusam-se a comprar produtos oriundos da potência ocupante, sindicatos e intelectuais têm se engajado nessa luta, bem como universidades têm cancelado convênios de cooperação com instituições que mantêm e legitimam o regime de segregação.

No Brasil, organizações sociais, estudantis, sindicais e populares impulsionam a iniciativa. Tal ação faz-se fundamental perante a forte ofensiva por parte de Israel em conquistar mercados aqui e em toda a América Latina. Investida essa que tem encontrado guarida por parte do governo brasileiro, na contramão da tendência de fortalecimento do BDS ao *apartheid* de Israel em outras partes do globo e em franco descumprimento das suas obrigações em não assistir a violações do direito internacional. Nessa linha, o país ratificou, em 2007, o Tratado de Livre Comércio (TLC), Mercosul/Israel, e tem ampliado os acordos militares com o Estado sionista. Além disso, transforma o Brasil em porta de entrada para a indústria armamentista de Israel na América Latina.

A cooperação e os contratos militares vêm sendo facilitados por um acordo de cooperação de segurança firmado entre a potência ocupante e o Executivo Federal em novembro de 2010. Fortalecendo essa parceria, as Forças Armadas brasileiras abriram

um escritório em Tel Aviv, em 2003. E há constantes intercâmbios, com delegações daqui sendo enviadas para o Estado sionista e de lá sendo acolhidas no território nacional – o qual tem servido como ponte para que empresas israelenses entrem em contato com países latino-americanos, conforme declarações dadas publicamente por autoridades brasileiras.

Cessar a cooperação acadêmica e cultural é outra linha de frente nessa luta, que tem como aderentes personalidades como o músico Roger Waters e o físico Stephen Hawking. O chamado palestino reivindica: cessar qualquer forma de cooperação acadêmica e cultural, colaboração ou projetos com instituições israelenses; suspender todas as formas de fundos e subsídios a essas e ‘desinvestir’ nelas; trabalhar para condenar as políticas de Israel e pressionar pela adoção de resoluções nesse sentido; apoiar instituições acadêmicas e culturais palestinas sem contrapartida em relação ao Estado sionista.

No Brasil, denunciar arbitrariedades como essa é tarefa essencial da campanha pelo BDS, perante um quadro nada alentador em que instituições de ensino superior têm firmado convênios de cooperação com instituições israelenses. Além de afronta ao direito internacional, esses acordos servem para dar uma aparência de normalidade e legalidade às colônias israelenses, ao muro do *apartheid* e aos outros crimes cometidos contra os palestinos.

Por isso, o(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, declaram o seu apoio à campanha por Boicote, Desenvolvimento e Sanções ao Estado invasor de Israel.

### **Moção 17**

**Proponentes:** Delegação da Asduerj; Adunirio; Adur-RJ

**Seção Sindical:** ASDUERJ, ADUNIRIO, ADUR, ADUFRJ, ADUFF

**Destinatários:** Governo do Estado do Rio de Janeiro, Presidência da Alerj,

**Endereços:**

Palácio Guanabara, R. Pinheiro Machado, s/n, Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22231-090

Palácio Tiradentes, Rua Primeiro de março, s/n, Praça XV, Rio de Janeiro, CEP 20010-090

**Fato motivador da moção:** Os ataques às universidades estaduais fluminenses, com destaque para a UERJ, representam hoje um balão de ensaio para as contrarreformas que expropriam direitos da classe trabalhadora em todo país. Defender as universidades estaduais do Rio de Janeiro, cujos trabalhadores estão sem salários e que não tiveram repasse de manutenção durante todo o ano de 2016, é central e fundamental.

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio ao governo do Estado do Rio de Janeiro pelos ataques aos direitos da população fluminense representados pelo sucateamento e desfinanciamento das suas universidades estaduais. A Uerj, Uenf e Uezo (e outras instituições de ciência e tecnologia do Estado) são hoje balão de ensaio para a destruição do serviço público perpetradas conjuntamente pelos governos federal e estadual. Mas também são exemplos de resistência para todos. Uerj, Uenf, Uezo resistem!

### **Moção 18**

**Proponentes:** José Domingues de Godoi Filho

**Seção Sindical:** ADUFMAT

**Destinatários:** Presidência da República; Presidência do Congresso Nacional; Presidência do STF; Ministério da Justiça e Funai

**Endereços dos Destinatários:** Brasília (DF)

**Fato Motivador da Moção:** Apoio às lutas e aos direitos dos povos indígenas

#### **Moção de Apoio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam posição favorável à:

- formulação e implementação de políticas efetivas e diferenciadas nas áreas de educação e saúde para atender os povos indígenas;
- demarcação imediata das terras de direito dos povos indígenas;
- suspensão imediata de projetos de infraestrutura, de energia, de hidrovia, de pontes, de ferrovias, de rodovias, de monocultivos e do agronegócio da Amazônia brasileira;
- retirada e arquivamento da PEC 215 e garantia dos direitos históricos constitucionais dos povos indígenas;
- aprovação e apoio à ação de autodemarcação da T. Indígena Sawré Moybu do Povo Munduruku.

Nenhum direito a menos!!

### **Moção 19**

**Proponente:** Delegação da ADUFRJ

**Seção Sindical:** ADUFRJ

**Destinatários:** Presidência da Faperj e Governador do Estado do Rio de Janeiro

**Cidade:** Rio de Janeiro

**Fato motivador da moção:** Calote do Governo do RJ à Faperj

#### **Moção de Repúdio ao Calote do Governo do Estado do Rio de Janeiro à Faperj**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio ao calote do Governo do Estado do Rio de Janeiro à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), que, além do corte de recursos para a produção científica e tecnológica, não tem garantido repasse do financiamento público via editais nos anos de 2015/2016.

O atraso no calendário de liberação das verbas dos editais, o não pagamento de bolsas de estudo e pesquisa e auxílios, o cortes nos valores empenhados e o cancelamento de repasses inviabilizam a realização de pesquisas acadêmicas, prejudicam pesquisadores, bolsistas e pesquisas nascentes e em desenvolvimento nas



universidades públicas, que já sofrem com contingenciamento de verbas e de orçamentos deficitários.

### **Moção 20**

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatário:** Governador Beto Richa

**Endereço do Destinatário:** Curitiba (PR)

**Fato motivador da moção:** Truculência e violência com os servidores da educação do Estado do Paraná

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio à forma com que o governador do Estado do Paraná, Beto Richa, trata os servidores públicos. Seja pela falta de diálogo, seja pela total insensibilidade para com os anseios da categoria.

Repudiamos as ações intransigentes e ofensivas aos direitos dos trabalhadores do serviço público em geral.

### **Moção 21**

**Proponente:** Delegação da ADUFRJ

**Seção Sindical:** ADUFRJ

**Destinatário:** Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense

**Endereço do Destinatário:** Rio de Janeiro

**Fato Motivador da Moção:** Ataque do Senador Ronaldo Caiado ao samba-enredo em defesa dos povos indígenas e da luta socioambiental

### **Moção de Apoio à Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense (RJ)**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam solidariedade à escola de samba carioca Imperatriz Leopoldinense, em virtude dos ataques do Senador Ronaldo Caiado contra o samba-enredo intitulado *Xingu, o clamor que vem da floresta*, que homenageia o grito de guerra da luta pela preservação das florestas e da cultura indígena, o qual será apresentado no carnaval do Rio de Janeiro em 2017.

Diz o samba “Sangra o coração do meu Brasil. O belo monstro rouba as terras dos seus filhos, devora as matas e seca os rios, tanta riqueza que a cobiça destruiu (...)”, ou seja, trata-se de essencial defesa dos direitos dos povos indígenas e do povo do Xingu, alvos de ataque do agronegócio, razão pela qual nos colocamos em defesa da escola de samba e de seu legítimo direito de manifestação artístico-cultural, bem como em defesa das lutas socioambientais e dos povos originários.

## **Moção 22**

**Proponente:** Delegação da ADUFRJ

**Seção Sindical:** ADUFRJ

**Destinatários:** Procuradoria Geral da República; Conselho Nacional do Ministério Público; Reitoria da UFRJ; Conselho Universitário da UFRJ (CONSUNI); Centro Acadêmico de Engenharia da UFRJ

**Endereços dos Destinatários:** Brasília e Rio de Janeiro

**Fato motivador da moção:** Proposição de Ação Civil Pública contra o reitor da UFRJ e a então presidente do Centro Acadêmico de Engenharia da UFRJ

### **Moção de Solidariedade**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam sua solidariedade ao reitor da UFRJ, Prof. Roberto Leher, e a então presidente do Centro Acadêmico de Engenharia, a estudante Thais Rachel George Zacharia, em virtude de ilegal ação do MPF, que acusa ambos de improbidade administrativa por realizar evento “com caráter político-partidário dentro da universidade”. O evento, intitulado *UFRJ em defesa dos direitos sociais, políticos e democráticos* foi realizado em ambiente externo aos espaços físicos da UFRJ e posicionava-se contra o *impeachment*, o ajuste fiscal, em defesa dos direitos sociais e da destinação de verbas públicas exclusivamente para a educação pública, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e da gratuidade da educação pública.

Consideramos que é papel da universidade ser um espaço democrático de debates e de livres manifestações políticas, especialmente aqueles em defesa da universidade pública, autônoma e crítica da realidade social.

## **Moção 23**

**Proponente(s):** Delegação da ADUFRJ

**Seção Sindical:** ADUFRJ

**Destinatários:** Sindicatos de trabalhadores do Estado do RJ; Sepe; Governo do Estado do RJ

**Endereços dos Destinatários:** Rio de Janeiro

**Fato Motivador da Moção:** Atrasos sistemáticos dos salários dos servidores do Estado do Rio de Janeiro

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio à política econômica que vem sendo desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro, assim como em diversos outros estados do país, que se aproveitam do discurso de crise para deixar milhares de servidoras e servidores sem o pagamento de seus vencimentos em dia. Os atrasos de salário chegam a ser de meses, com o parcelamento vergonhoso do que é devido. Salário, além de direito básico, é condição essencial de subsistência. É inadmissível que o Estado do Rio de Janeiro submeta seus servidores a esse nível de privação de direitos e que seja ainda gerador de endividamento dos funcionários públicos, empurrando-os aos empréstimos e às condições que propiciam a cobrança de juros extorsivos decorrentes dos limites de cheque especial na rede bancária

Como trabalhadores deste país, não podemos deixar de destacar a uníssona demanda de revisão das prioridades econômicas que levam ao escoamento das verbas para o pagamento de dívidas e à anistia ao empresariado, exigindo-se a imediata

regularização dos deveres remuneratórios do Estado para com seus servidores e a garantia dos pagamentos em dia.

## **Moção 24**

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatários:** Abruem; Governos dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte

**Fato motivador da moção:** O sucateamento e a ameaça de privatização da Uerj, Uenzo, Uenf e UERN

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, denunciam o descaso e o sucateamento das universidades estaduais, as quais sofrem com a política de ajuste fiscal que só beneficia o grande capital. Patrimônio da população, as Instituições Estaduais de Ensino Superior são a garantia da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada à juventude e à classe trabalhadora. O Estado, via seus governantes, tem a obrigação de garantir o funcionamento da Instituição e os direitos trabalhistas de docentes e servidores(as).

Assim, repudiamos o que vem acontecendo com as universidades estaduais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte, por parte de seus mantenedores, deixando trabalhadores(as) sem salários, sem condições mínimas de sobrevivência e sem condições de funcionamento. Repudiamos, também, a incitação do judiciário e de diversos agentes do Estado com intuito de privatizar as universidades estaduais como solução para os problemas de manutenção e de custeio.

Em defesa da universidade pública: Uerj, Uenzo, Uenf e UERN resistem!

## **Moção 25**

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatários:** Presidência do Senado Federal; Conselho Nacional de Arquivos (Conarq); Arquivo Nacional/Ministério da Justiça e Cidadania

**Fato Motivador da Moção:** Projeto de Lei do Senado nº 146/2007, o qual propõe a equivalência de documentos digitalizados aos respectivos originais, possibilitando que os não destinados à guarda permanente sejam eliminados após o processo de digitalização

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio ao senador Magno Malta, autor do Projeto de Lei do Senado nº 146/2007, que propõe a equivalência de documentos digitalizados aos respectivos originais, possibilitando que os não destinados à guarda permanente sejam eliminados após o processo de digitalização. Esse procedimento equivale a destruir a garantia de autenticidade das informações registradas, extinguindo, por completo, a possibilidade de aferir a autenticidade do documento digitalizado, caso se levante a hipótese de alterações indevidas. Além disso, qualquer problema de ordem técnica, que atinja as cópias digitalizadas, tornará irrecuperáveis as informações constantes dos registros originais, caso tenham sido destruídos.

## **Moção 26**

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatários:** UFRJ, MEC e MPF

**Endereço:** Rio de Janeiro e Brasília

**Fato Motivador da Moção:** Apoio ao reitor da UFRJ, prof. Roberto Leher, e à estudante Thais Rachel George Zacharia, do Centro Acadêmico de Engenharia, ambos alvos do Ministério Público Federal (MPF) que ajuizou uma ação civil pública tendo como justificativa uma suposta “improbidade administrativa”.

### **Moção de Apoio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam apoio ao Reitor da UFRJ, prof. Roberto Leher, e à estudante Thais Rachel George Zacharia, do Centro Acadêmico de Engenharia, pois estão sendo alvos do Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou uma ação civil pública tendo como justificativa uma suposta “improbidade administrativa”, pelo fato de terem apoiado a realização, no interior da Universidade, de ato em favor da democracia. O processo tramita em segredo de justiça.

O(a)s delegado(a)s prestam apoio e se solidarizam com o Reitor da UFRJ e a estudante, reconhecendo a autonomia e o caráter democrático da Universidade, com destaque ao direito de manifestação que caracteriza o espaço dessas entidades públicas. O 36º Congresso do ANDES-SN reforça a importância do respeito à democracia, o que caracteriza uma sociedade plural, em que se permite diferentes formas de ideias, enriquecendo a possibilidade de externar pensamentos diferentes e reforçando as liberdades individuais que desembocam em uma sociedade na qual os direitos são respeitados.

## **Moção 27**

**Proponente:** Delegação da Adunifesp

**Destinatários:** Ministro da Educação e ao Conselho Universitário da UNIFESP

**Endereço do destinatário:** Brasília (DF)

**Fato Motivador da Moção:** Suspensão da nomeação da professora Soraya Smaili para o cargo de reitora.

### **Texto da Moção**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam veemente repúdio à suspensão da nomeação da professora Soraya Smaili para o cargo de Reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), vencedora na primeira consulta pública paritária junto às três categorias que constituem a universidade, resultado confirmado pelo Conselho Universitário.

A suspensão foi determinada pelo MEC quando do acolhimento de denúncia assinada pelo senhor Antônio Carlos Lopes, ecoando as vozes dos setores mais retrógrados da universidade, os quais acusaram a paridade, que tanto temem, de ferir a legalidade que, historicamente, vem suprimindo vozes de servidores técnico-administrativos e de alunos.

A medida tem o dissabor da intervenção, tão comum em tempo de autoritarismo, fere o princípio da autonomia universitária e ignora solenemente o direito de a comunidade universitária definir, democraticamente, seus dirigentes máximos.

## **Moção 28**

**Proponente:** Maelison Neves

**Seção Sindical:** Adufmat

**Destinatários:** Governo do Estado de Mato Grosso; Presidência da República, Procuradorias Federal e Estadual; Promotorias Especializadas; e Assembleia Legislativa.

**Fato Motivador da Moção:** Recentemente, fazendeiros invadiram a reserva Ricardo Franco, às margens do Rio Guaporé, em Vila Bela de Santíssima Trindade. Um dos invasores é o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, que se encontra escudado em autoridades do Estado de Mato Grosso para se manterem nas terras ilegalmente. Os fiscais que autuaram os fazendeiros foram demitidos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Sema. Vila Bela, primeira capital de Mato Grosso, tem a maioria da população negra autóctone, circundada por terras de quilombo, incluindo o quilombo do Quariterê da Lendária Tereza de Benguela. O desmate ameaça toda a biodiversidade, até mesmo animais em extinção, dentre os quais, o boto cor de rosa.

O secretário de meio ambiente de Mato Grosso é ruralista e presidente da Associação dos produtores de soja e milho do Mato Grosso (Aprosoja).

Em MT, o governo anterior de Silval Barbosa (PMDB), que se encontra na prisão por corrupção, há mais de um ano, considerado como leniente com o meio ambiente, perde para o atual governo no que se refere ao desmatamento. Nos dois primeiros anos, comparativamente, no governo atual de Pedro Taques (PSDB), o desmate cresceu quase 40% (ICV). De agosto de 2015 a julho de 2016, foram desmatados no estado 1.508 quilômetros quadrados, sendo que 47,7% ocorreu em imóveis rurais privados e cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), com 50% em grandes propriedades. Foi a maior média dos últimos cinco anos. Em 2016, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso tentou aprovar legislação diminuindo a distância de empreendimento às margens de cursos d'água para favorecer interesses minerais do Grupo Votorantim, abrindo para outras áreas. No ano passado, aprovaram a volta do uso de correntões para facilitar e agilizar desmatamentos. As unidades de conservação de territórios indígenas encontram-se abertas à sanha de madeireiros e do agronegócio.

O ministro da Agricultura Blairo Maggi, o rei da soja, declarou ao programa Voz do Brasil que “o país já fez muito pelo meio ambiente”, defendendo a flexibilização das leis ambientais. Declarou, também, na Conferência do Clima da ONU, que os assassinatos no campo seriam só problemas de relações “sociais”. São falsas as informações sobre o meio ambiente com base na cidade de Mato Grosso, as quais foram levadas à Conferência. O secretário do meio ambiente fala que foi “um presente de Deus” a abertura de estradas, de portos, de barramento de rios ao norte, para exportação de grãos, ignorando o verdadeiro genocídio com povos indígenas, camponeses e ribeirinhos.

Os órgãos de controle e de fiscalização encontram-se paralisados nas áreas críticas de interesse de ruralistas e do agronegócio. A sanha do agronegócio impõe impactos violentos no uso indiscriminado de agrotóxicos, passando hoje por dados subestimados, de seis quilos de veneno por habitante-ano em Mato Grosso. A crise do clima é revelada desde o Parque do Xingu, a perda da biodiversidade caminha celeremente a caminhada genocida com povos indígenas tradicionais e originários.

## **Moção de Repúdio à Violência e à Degradação Ambiental em Mato Grosso**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio e exigem do governo do Estado de Mato Grosso o cumprimento de suas obrigações constitucionais como órgão de proteção e de fiscalização ambiental, e, ainda, que seja feita uma auditoria de terras em Mato Grosso, e seu uso atual.

**Moção 29** - Idem texto da moção 28

### **Moção 30**

**Proponente:** Maelison Neves

**Encaminhar para:** Governo do Estado de Mato Grosso, Presidência da República, Senado e Câmara Federal, Procuradorias Federal e Estadual, Promotorias Especializadas, Assembleia Legislativa.

**Fato motivador da moção:** Os cenários das hidrelétricas em Mato Grosso (como de resto na Amazônia Legal), tanto passado quanto atuais e futuros são trágicos. Muitos projetos impactam os povos indígenas, os camponeses e os pescadores. No alto Juruena, são 17 PCHs em operação, mais de oitenta inventariadas e 24 UHES planejadas. Todas para aproveitamento máximo dos recursos hídricos, atendendo à demanda de mercado, tendo em vista que essa produção de energia é a que rende mais lucro. Por outro lado, é a que rende mais prejuízos por conta de seus perversos impactos. Só no rio Teles Pires já são cinco usinas, atingindo os povos Mundurukuwenê, Kayabi, Apiacás (isolados), Bakayri, Nhambiquara, Enawnê, Parecis, Manoki, Kaiapó, Rikbatsa, Japuira, Cinta Larga, Miky. Da mesma forma, atinge todos da Bacia do Tapajós.

Os empreendimentos nos rios Tapajós, Juruena e Teles Pires representam grandes barramentos sucessivos aos interesses da indústria de eletricidade e de tantos outros fatores de ocupação negativos que ameaçam a produção dos povos indígenas, ribeirinhos e camponeses. No país, são 1.225 instalações com aumento previsto de 30% para os próximos dez anos. No final do ano de 2016, o Senado aprovou uma lei de licitação, que dentro outras aberrações, dispensa as audiências públicas.

## **MOÇÃO DE REPÚDIO**

### **O AVANÇO DESTRUTIVO DAS HIDRELÉTRICAS**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio às intervenções passadas, atuais e futuras que, no ímpeto de construção das hidrelétricas não levam em conta os impactos sobre a natureza e as populações, que são severamente atingidas. Ao contrário e a qualquer custo, atendem apenas os mercados de energia e do agronegócio.

Solicitam que o Estado brasileiro tome as providências necessárias para a avaliação desses projetos com a participação direta das populações atingidas e de representações da sociedade civil e do movimento social. Posicionam-se contrariamente às alterações legislativas tramadas para simplificar o processo de licenciamento

ambiental e a viabilização técnica, econômica e institucional. O(a)s delegado(a)s são contrário(a)s à ação da ANEEL no que se refere à atuação exclusiva sob a égide do mercado. As graves consequências desses projetos para a produção da eletricidade, estão expostas em Rondônia, com a construção das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. São da mesma forma, os reservatórios a fio d'água, com impactos gravíssimos tanto para o ambiente quanto para as populações.

### **Moção 31**

**Proponentes:** Delegações da Adua e Sinduea no 36º Congresso Nacional do ANDES-SN

**Seção Sindical:** Adua-S.Sindical e Sinduea

**Destinatários:** Reitores das Universidades Federais e Estaduais do Amazonas; MPOG; MEC; Secretarias Estaduais de Educação; C&T.

**Fato Motivador da Moção:** Avanço dos processos de ingresso de docentes no serviço público na modalidade professor voluntário.

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam o seu repúdio à prática de contratação de docentes voluntários pelas universidades federais e estaduais, por entenderem que essa modalidade de trabalho contribui para fortalecer a precarização do trabalho docente na sua expressão mais nefasta. Repudiam, igualmente, a prática dos reitores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), que, por meio de resoluções e outros instrumentos jurídicos, conferem legalidade a essa nova modalidade de trabalho.

### **Moção 32**

**Proponentes:** Nelson Aleixo da Silva Júnior, Cristiane Maria Nepomuceno, Lenilda Cordeiro de Macedo, Maria de Lurdes Sarmiento e Mauriere Silva de Freitas.

**Seção Sindical:** ADUEPB

**Destinatário:** Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Rangel Júnior.

**Endereço do Destinatário:** Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, Campina Grande, CEP: 58 429-500

**Fato Motivador da Moção:** Ameaça de redução de vagas e demissão de professores na UEPB.

### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu repúdio às declarações do Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, professor Rangel Júnior, que, em seguidas declarações públicas, tem sinalizado que submeterá ao Conselho Superior (Consuni), um conjunto de medidas danosas à Instituição, que passa pela demissão de professores substitutos até a redução da oferta de vagas para a sociedade paraibana. Sendo assim, compreendemos que tais ações contribuem para o enfraquecimento da universidade pública em nosso país, dando prosseguimento ao processo de privatização da educação brasileira.

### **Moção 32**

**Proponentes:** Nelson Aleixo da Silva Júnior, Cristiane Maria Nepomuceno, Lenilda Cordeiro de Macedo, Maria de Lurdes Sarmiento e Mauriere Silva de Freitas.

**Seção Sindical:** ADUEPB

**Destinatário:** Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Rangel Júnior.

**Endereço do Destinatário:** Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, Campina Grande, CEP: 58 429-500

**Fato motivador da moção:** Ameaça de redução de vagas e demissão de professores na UEPB.

#### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam seu repúdio às declarações do Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, professor Rangel Júnior, que, em seguidas declarações públicas, tem sinalizado que submeterá ao Conselho Superior (Consuni), um conjunto de medidas danosas à Instituição, que passa pela demissão de professores substitutos até a redução da oferta de vagas para a sociedade paraibana. Sendo assim, compreendemos que tais ações contribuem para o enfraquecimento da universidade pública em nosso país, dando prosseguimento ao processo de privatização da educação brasileira.

### **Moção 33**

**Proponentes:** Cristiane Maria Nepomuceno; Mauriene Silva de Freitas; Jenilda Cordeiro de Macedo; Nelson Aleixo da Silva Júnior; Maria de Lourdes Sarmiento.

**Seção Sindical:** ADUEPB

**Destinatário:** Governador do Estado da Paraíba, Sr. Ricardo Vieira Coutinho

**Endereço do Destinatário:** João Pessoa, Paraíba, CEP: 58 013 486

**Fato motivador da moção:** Política de cortes orçamentários para a UEPB e o congelamento das progressões funcionais e suspensão dos reajustes de remuneração dos servidores.

#### **Moção de Repúdio**

O(a)s delegado(a)s presentes ao 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá (MT), no período de 23 a 28 de janeiro de 2017, manifestam repúdio a política adotada pelo Governador do Estado da Paraíba, Sr. Ricardo Vieira Coutinho, para a Universidade Estadual da Paraíba, com base na adoção de cortes orçamentários em total desrespeito a sua lei de autonomia financeira (Lei nº 7.643/2004). Tal prática vem acarretando gradual sucateamento e desmonte da instituição na medida em que suprime as verbas destinadas às atividades de pesquisa e de extensão, a assistência estudantil, aquisição de equipamentos e precariza as atividades docentes visto que sobrecarrega suas cargas horárias. Como se não bastasse, o referido governador, antecipando-se à “Política de Ajustes Fiscais” do Governo Federal, prorrogou em março de 2016, a Lei nº 10.660 que suspendeu o reajuste de remuneração dos servidores do Estado e congelou as progressões funcionais.